

Veronika Deffner

Professora assistente de geografia cultural da RWTH Aachen University (Alemanha)
deffner@geo.rwth-aachen.de

Geografia da desigualdade social: Uma perspectiva de geografia urbana crítica apresentada a partir do exemplo da produção social da favela em Salvador-BA

Resumo

Para a análise empírica do fenômeno da reprodução invisível das desigualdades sociais e espaciais nas cidades brasileiras, elaborou-se a proposta, aqui apresentada, de uma geografia da desigualdade social, a fim de embasar uma investigação das desigualdades, destacando o espaço como força poderosa no processo de reprodução social. Trata-se de uma geografia urbana hermenêutica, no sentido de entender a textura da cidade em sua construção social. O conceito foi operacionalizado a partir do exemplo idiográfico da cidade de Salvador-BA, com o intuito de disponibilizar um modelo operacional e aplicável também a outras metrópoles, tanto no Brasil como em outras formações sociais caracterizadas por mecanismos ocultos que disfarçam e perpetuam a lógica da dominação social, as sociedades da chamada “periferia da modernidade”, segundo o sociólogo brasileiro Jessé Souza (2000, 2006). O papel da Geografia nessa perspectiva é o de buscar compreender a textura urbana fragmentada e dividida pelas disposições sociais, a partir do exame do fenômeno específico das favelas.

Palavras-chave: cidade partida, favela, desigualdade social, espaço construtivista, Pierre Bourdieu, Henri Lefebvre.

Abstract

GEOGRAPHY OF SOCIAL INEQUALITY: APPROACH FOR A CRITICAL URBAN GEOGRAPHY PRESENTED BY THE SOCIAL PRODUCTION OF THE FAVELA IN SALVADOR (BAHIA)

The empirical analysis of the invisible reproduction of social and spatial inequalities in Brazilian cities demands a specific approach. The following article highlights this approach while taking a critical view on a geography of social inequality. It intends to conceptually contribute to the ongoing research into the causes of perpetuating injustices and examining space as a powerful factor in the reproduction of social inequality. This approach, which is one of hermeneutical geography, aims to understand the structure of the city in its social construction. Taking the idiographic example of Salvador in Brazil background knowledge was acquired following the principles of grounded theory. The approach should be seen as a transferable concept also applicable to other metropolises and societies that are part of the so called "modern periphery" (SOUZA 2000, 2006). The "modern periphery" is characterized by hidden mechanisms perpetuating the logic of social domination and subordination. The specific geographical focus of this approach is to understand the fragmented and divided urban space, coming from different social dispositions. This shall be examined at the example of the social construction and meaning of the favelas.

Key-words: divided city, favela, social inequality, constructivist space, Pierre Bourdieu, Henri Lefebvre.

1. O conceito da "geografia da desigualdade social"

A perspectiva aqui apresentada tem como categorias-chave o espaço e a desigualdade social, vistas como uma unidade inseparável. Essa perspectiva oferece a possibilidade de compreender a produção social e os efeitos das estruturas desiguais no cotidiano dos desfavorecidos pela prática social. Na elaboração empírica, a produção do espaço deve ser reconstruída pela prática cotidiana. Através desse procedimento de investigação, que se entende como uma geografia urbana crítica, busca-se compreender o poder político, social e econômico do espaço a fim de revelar sua eficácia e sua função como capital. É desse modo que o espaço pode constituir-se, ainda que "invisivelmente", como um poderoso fator social.

A perspectiva apresentada alinha-se aos campos disciplinares da geografia política, da geografia urbana social no contexto de desenvol-

vimento e da sociologia da desigualdade. Cada um desses três campos contribui de modo específico para a compreensão do espaço na perspectiva apresentada.

Basicamente, nessa perspectiva, o foco recai na reciprocidade entre a sociedade (pela prática social dos indivíduos), o poder (em forma de capital) e o espaço (no sentido construtivista). Assim, existe um alinhamento específico aos assim chamados “geopolíticos críticos” (REUBER; WOLKERSDORFER, 2007), buscando-se responder a questão central: De que forma as “imaginações geográficas” podem constituir, perpetuar ou naturalizar as estruturas de poder social por meio da comunicação, da representação, dos símbolos ou das imagens? Portanto, o espaço é considerado como portador de discursos coletivos e um sistema de códigos das estruturas de poder.

O segundo campo disciplinar – a geografia urbana social com foco crítico – emerge da compreensão construtivista de espaço, que caracteriza a geografia urbana contemporânea, cujo objetivo central não é mais a análise descritiva das estruturas espaciais. Pelo contrário, ela se concentra nos processos da produção social e no impacto que eles têm na vida cotidiana. Desse modo, parece lógico colocar a perspectiva de uma geografia da desigualdade social no campo da geografia social, no qual são examinadas as inter-relações entre a sociedade e o espaço que ela ocupa e produz através da prática social (GIDDENS, 1984). A textura da territorialidade humana se manifesta, por um lado, nas interações das atividades sociais no âmbito das esferas econômica, política e social, e, por outro lado, em sua função constitutiva, limitando e mediando o processo de produção do espaço. Nesse sentido, a cidade não representa uma realidade estática (FEATHERSTONE, 1999), pelo contrário, ela deve ser entendida como uma realidade dinâmica, que se constrói e reinventa constantemente pelos sentidos, interações, narrativas, imagens e representações dos indivíduos e grupos sociais. É também desse modo que se efetua o significado da cidade como um processo social. O desafio do mencionado atributo “crítico” para uma geografia urbana social consiste no entendimento de que cada prática individual observada deve ser analisada no contexto das estruturas do poder e da desigualdade social. No caso que se examina só a prática indi-

vidual ou só o todo da sociedade não são suficientes para a compreensão dos mecanismos opacos da exclusão ou dos prejuízos sociais.

Isso leva ao terceiro campo disciplinar, à interface com as questões da sociologia das desigualdades sociais (BARLÖSIUS, 2004; KRECKEL, 2004). O mais importante desse ponto de vista é a compreensão da desigualdade em sua dimensão imaterial. Essa assim denominada desigualdade relacional deve ser analisada a partir da relação assimétrica entre indivíduos ou grupos sociais, no tocante às possibilidades e chances de ascensão social, destacando o espaço como uma dimensão importante da desigualdade. Segundo a sociologia espacial contemporânea, as oportunidades de constituir ou produzir espaço dependem do capital simbólico e material, do *habitus*, das estruturas excludentes ou includentes, assim como das disposições físicas e materiais, expressas na organização espacial (LÖW, 2001). O problema com a sociologia espacial é a separação clássica entre o espaço social e físico. O risco dessa separação é o de ignorar que cada espaço materializado é sempre carregado de valores e normativas sociais. Portanto, cada espaço é sempre um espaço de representações (LEFEBVRE, 1974). Por conseguinte, o espaço deve ser sempre analisado com foco em sua gênese construtivista. Ele nunca é uma realidade independente, mas sempre uma realidade construída pelos sentidos, valores e significados da sociedade (WERLEN, 2007). O espaço é, a um só tempo, construído e produto social. Só a partir da compreensão das condições implicadas no processo social de produção espacial, é possível revelar a função do espaço como fator de reprodução das estruturas desiguais.

2. O fenômeno da “cidade partida”

À primeira vista as estruturas sócio-espaciais das grandes cidades brasileiras, que caracterizam o fenômeno da “cidade partida” (VENTURA, 1997), chamam muito a atenção, quando vistas “de fora”. A exemplo de Salvador, cuja estrutura, no coração da cidade, está notavelmente marcada pela proximidade das moradias de vários estratos sócio-econômicos. Mas, a cidade partida não representa uma segregação em grande escala. Pelo

contrário, o espaço urbano apresenta-se como um mosaico de uma multiplicidade de fragmentos, constituídos não só de formas materializadas no espaço, mas, sobretudo, de oposições e contrastes sociais.

As favelas representam uma forma específica dessas realidades desiguais – não só de substância material, mas, sobretudo, de significado simbólico, como espaço de sobrevivência¹. A favela não é um lugar comparável ao “*slum*”, com o qual ela é frequentemente associada. A maioria das favelas não se encontra em declínio, como é a característica central do *slum*, conforme as definições correntes (BRONGER, 2004; DEFFNER, 2010, p. 79ff.). A favela, ao contrário, vem ganhando cada vez mais importância para aqueles cidadãos de baixa renda, que só podem sobreviver por sua própria iniciativa (BLUM; NEITZKE, 2004, p. 8). A favela se constitui como tal produto social e material, que possibilita as condições para as estratégias de sobrevivência baseadas nas iniciativas de seus moradores. Como “*ville illégale dans la ville légale*” (VALLADARES, 2000, p. 64) a favela representa “outra forma” da cidade, um mundo paralelo com uma lógica própria dentro das cidades brasileiras, que faz com que estes “assentamentos subnormais” “*subnormal agglomerations*” (PERLMAN, 2004) devam ser examinados como uma construção social única por seus significados específicos para os moradores (SERPA 2007).

Outro aspecto importante é que esses fragmentos distintos da cidade partida não são separados hermeticamente. Ao contrário, eles têm várias interfaces. Mas isso também significa, para os menos favorecidos, que eles não se encontram excluídos da cidade – mas excluídos dentro da sociedade (KRONAUER, 2008, p. 56). Eles não são reconhecidos socialmente (ROTHFUß, 2009, 2010), o que leva a um estatuto subalterno em vários aspectos do cotidiano para os moradores dessas “cidades invisíveis” (OJIMA, 2007). Embora as classes de baixa renda representem a maioria da população urbana, elas não podem usufruir de forma igualitária dos recursos e serviços da sociedade, especialmente em matéria de consumo de bens materiais ou simbólicos, ou mesmo políticos. A confrontação inevitável com o mundo dos privilegiados economicamente, por conta da proximidade espacial e das interligações e dos contatos cotidianos (nos lugares de trabalho, de lazer etc.), mostra constantemente aos desfavorecidos,

em todas as atividades cotidianas, sua integração assimétrica à sociedade. Agora, pode-se supor que estas formas de sofrimento social ainda são mais impactantes na reprodução das desigualdades quando são menos visíveis e diretamente perceptíveis. Porque, quando invisíveis, elas não dão a entender os mecanismos da naturalização do poder social na prática cotidiana de cada um que vive na cidade. Contudo, da proximidade de convivência deveria emergir um potencial elevado para conflitos sociais. É óbvio que as desigualdades sociais são bem perceptíveis e vividas por todo mundo. Os moradores privilegiados se sentem cada dia mais ameaçados pela criminalidade crescente que se origina – no discurso geral – dos pobres que vivem “ao lado”, nas favelas. Mas, na verdade, a violência dirige-se primeiramente para o interior do mundo dos marginais. A violência, pior fruto da vulnerabilidade social, dificulta e desestabiliza o cotidiano dos desfavorecidos, que já são estigmatizados como criminosos pelo simples fato de viver em um lugar como a favela.

Essas observações levam à questão central: de onde vem a estabilidade social, apesar de um abismo social tão imenso, e por que não se forma um movimento social de caráter de “rebelião” por parte dos desfavorecidos contra o sistema social que produz essas desigualdades? Então, se a confrontação constante com as desigualdades, tanto sociais como materiais – seja no entorno da moradia, seja nos lugares de trabalho (sobretudo para os empregados domésticos), seja nos lugares de lazer ou de consumo – não provoca nos desfavorecidos a “ânsia” de sublevar-se contra um sistema injusto – eles recalcam ou suportam silenciosamente o próprio *status* de “excluídos do interior”? Eles devem ter uma “consciência subconsciente” sobre a dominação social, para a qual eles contribuem involuntariamente – pelo simples fato de não buscar quebrar ativamente a dinâmica reprodutiva que estabelece a desordem social?

Isso leva à hipótese de que os mecanismos tácitos da dominação e da manutenção das hierarquias sociais, que produzem tanto as exclusões como as prerrogativas de poder, estão não só na prática social dos privilegiados, cujo interesse é a manutenção do sistema do qual eles tiram proveito, mas também na prática social dos desfavorecidos. Só que uma reprodução intencional das estruturas sociais, sob as quais eles próprios sofrem, não

parece lógica de jeito nenhum! Em uma perspectiva geográfica, isso leva também à questão sobre a importância do espaço, sobretudo do espaço dos desfavorecidos, para a reprodução desses mecanismos tácitos.

3. Reflexões teóricas

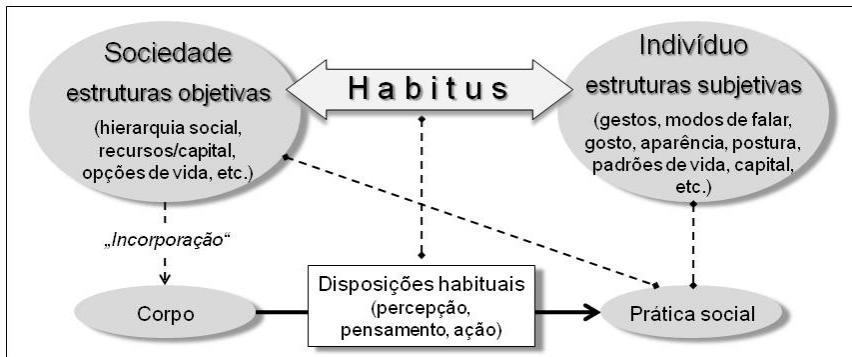
O ser humano tem a necessidade nata de viver em segurança e de possuir certo estatuto social, inclusive com a tendência de manter o que já tinha obtido. Tal “necessidade natural” funciona como uma autoproteção que está projetada nas instituições com as quais o ser humano se identifica como cidadão (por exemplo, a constituição, a política, a jurisprudência etc.). Ao mesmo tempo, tais estruturas institucionalizadas criam o fundamento para o poder de reprodução das estruturas sociais. Segundo essa ideia, um processo de reprodução ocorrerá somente quando os agentes sociais forem incapazes ou não tenham vontade de transcender as próprias condições de vida – sejam pessoais, institucionais ou estruturais.

Porém, no caso dos cidadãos marginalizados da sociedade urbana, não se trata de uma incapacidade, nem de “má vontade” para tomar a iniciativa de interferir na dinâmica reprodutiva. Pelo contrário: confirma-se a hipótese de que deve existir um momento interiorizado que dirige a prática social no dia a dia, de maneira que se resolva o cotidiano prejudicado de um jeito “natural”, criando um sistema de estratégias pré-reflexivas, repartido pelo coletivo e adaptado às condições sociais. Este “conhecimento prático” deve gerar práticas sociais que permitam aceitar, suportar, ignorar, recalcar, compensar etc. o fato de ser desfavorecido, marginalizado ou excluído. Para descobrir este conhecimento prático é necessário investigar as ações dos agentes desfavorecidos.

Este “conhecimento prático” é chamado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1993) de “*sense pratique*”. Sua teoria social é uma parte central da base teórica do conceito aqui apresentado. Bourdieu enfatizou a assim denominada “sociologia da distinção” no intuito de desvendar os mecanismos tácitos da dominação e da manutenção das hierarquias sociais que produzem tanto as exclusões como as prerrogativas do poder. Bourdieu buscou, ao longo da elaboração de seu trabalho, a construção de uma

sociologia “incômoda”, como ele dirá, voltada à desmistificação das ilusões sociais coletivas. A prática cotidiana e a produção simbólica no mundo social, para Bourdieu, devem ser compreendidas à luz de três conceitos fundamentais: o campo, o *habitus* e o capital, entre os quais o *habitus* se apresenta como conceito-chave. O *habitus* simboliza um momento mediador entre as estruturas sociais objetivas e subjetivas (veja Figura 1). Para Bourdieu, existem no mundo social estruturas objetivas que podem dirigir, ou melhor, coagir a ação e a representação dos indivíduos. No entanto, tais estruturas são construídas socialmente, assim como os esquemas de percepção, de pensamento e de ação, os quais são chamados por Bourdieu de “disposições habituais”.

Figura 1
O PRINCÍPIO DO *HABITUS*: A INTERIORIDADE DA EXTERIORIDADE (BOURDIEU, 1993)



Elaboração: V. Deffner

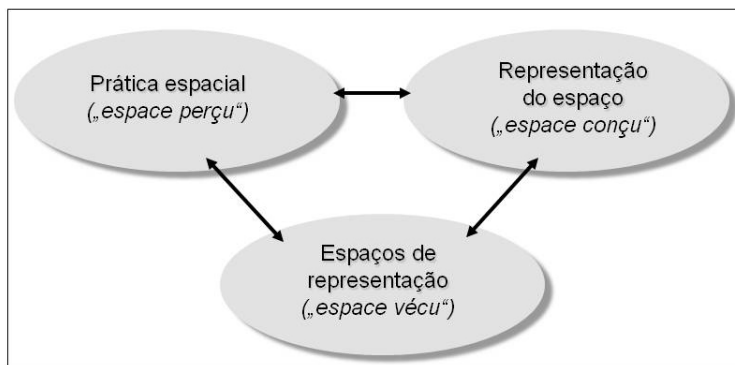
Através do *habitus*, respectivamente das disposições habituais, pode-se explicar as ações dos indivíduos, mas não como sendo determinadas pelo mundo exterior ou como decorrência de movimentos interiores independentes (livres). Para Bourdieu, trata-se de reconhecer “a interioridade da exterioridade”, ou seja, os modos de incorporação do funcionamento da realidade social num processo de introjeção que obedece às especificidades do lugar e da posição de classe dos agentes. Assim, o *habitus*, constituído por um conjunto de disposições para a ação, isto é, a prática social, é a história incorporada, inscrita no cérebro e também no corpo, nos gestos,

nos modos de falar, ou em tudo o que somos. É essa história incorporada que funciona como princípio gerador do que fazemos ou das respostas que damos à realidade e na realidade social.

Uma vez que o *habitus* dos moradores da favela seja estudado, pode-se analisar a produção habitual do espaço pela prática social. Nessa esfera de investigação, a análise está baseada na teoria espacial de Henri Lefebvre (1974). Ele parte da compreensão do espaço como um contexto no qual se desenrola “o urbano”, isto é, a vida urbana. Assim, o espaço é a sociedade, e, conseqüentemente, a própria cidade. Lefebvre procura superar o conceito de espaço como um produto material e dirige suas reflexões para os processos sociais que embasam a produção do espaço. Esses “produtos espaciais” simbolizam igualmente padrões de vida urbana.

Lefebvre distingue, em sua teoria da Produção do Espaço (“La production de l’espace”), três aspectos fundamentais (ver Figura 2): a prática espacial, a representação do espaço e os espaços de representação. Assim, ele se destaca das outras teorias sociais que distinguem só duas esferas em justaposição: o espaço físico e o espaço social. Deste modo, a grande vantagem da teoria de Lefebvre para uma geografia hermenêutica resulta da terceira dimensão: Os “espaços de representação” representam os discursos sobre os espaços, o que quer dizer que eles são construções mentais do espaço (discursos sobre o espaço), cujo poder aumenta de forma imperceptível porque não se concretizam de maneira material.

Figura 2
A TRIÁDE LEFEBVRIANA (LEFEBVRE, 1974)



Elaboração: V. Deffner

4. Observações empíricas sobre a gramática social da reprodução da desigualdade

Agora serão apresentados alguns esquemas da elaboração empírica que demonstram de que maneira pensam e agem os moradores de favelas relativamente a sua situação de “desfavorecidos” na sociedade urbana, para conhecer as práticas sociais que identificam a produção do espaço – assim como a reprodução de espaços desiguais. Portanto, o objetivo central dessa investigação empírica foi o de analisar como a realidade social é vivida e “sofrida” no cotidiano. Assim, trata-se de investigar e revelar as estratégias com as quais o grupo social de moradores da favela busca superar o cotidiano de “desfavorecidos”. Supõe-se que tais cidadãos pertencem às classes de baixa renda, ou, quando ainda mais desfavorecidos, à classe dos chamados miseráveis; entendendo-se como tais os desempregados ou os trabalhadores do setor informal, o que também raramente permite viver com alguma estabilidade financeira. Pelo contrário, a maioria deles padece de uma grande vulnerabilidade social e vive em condições precárias, até mesmo desesperadoras, de pobreza.

A análise concreta do mundo social da favela se realizou em três visitas de campo entre 2004 e 2007 em Salvador, cada uma por vários meses. Enfocaram-se as invasões antigas no coração da aglomeração soteropolitana, sobretudo aquelas encravadas nos bairros da Vitória e de Ondina, bairros residenciais tradicionais da cidade. Foram os seguintes, os motivos para a escolha desse recorte geográfico:

1. A exploração da percepção e das ações dos marginalizados relativa à desigualdade social exige um espaço que mostre uma alta fragmentação sócio-espacial. Portanto, uma parte da cidade com várias fronteiras socio-econômicas e contatos cotidianos entre agentes de classes sociais diferentes – como se encontra, por exemplo, entre as moradias do Jardim Apipema e a favela de Calabar/Alto das Pombas.
2. O processo de ocupação através de invasões começou nessas áreas há pelo menos 40 anos. Isso leva ao segundo motivo que embasou nossa escolha, pois esses bairros já alcançaram um grau

mais avançado de legitimação e de reconhecimento administrativo e social (como é o caso da Roça da Sabina ou do Calabar). Daí poder se deduzir também que não só as invasões como as moradias se consolidaram, sendo hoje reconhecidas, pelos de fora e de dentro, como um elemento legítimo e inalterável na textura urbana. Também os costumes e o modo de vida dos moradores dessas favelas se consolidaram ao longo da existência da moradia. Esse aspecto é significativo, mesmo imprescindível, para a gênese do *habitus* como produto histórico.

3. O terceiro motivo para escolher esses bairros refere-se à questão fundamental relativa à estabilização da “desordem” social. Este fenômeno agrava-se onde o contato dos desfavorecidos com os “outros” é inevitável em quase todas as atividades cotidianas. As precárias condições de vida se mostram ali ainda mais evidentes do que na periferia da aglomeração urbana, por conta do número elevado de interseções das atividades cotidianas.

A análise do mundo social da favela se realizou primeiramente pelo método da observação participante e através de entrevistas qualitativas. Na interpretação hermenêutica das disposições sociais (*habitus*) emergiram alguns categorias-chave para as estratégias de pesquisa. Essas categorias são analisadas a seguir, através de alguns depoimentos característicos dos agentes entrevistados, emolduradas pelo contexto de três hipóteses referentes à “lógica social do cotidiano”, segundo Manuel Castells (1991). Em suas considerações teóricas, Castells busca desvendar os motivos das possíveis “falhas” dos movimentos sociais em sociedades urbanas estruturadas com grande desigualdade social, em um contexto de uma maioria inegável de desfavorecidos.

A primeira hipótese de Castells, que consideramos relevante e aplicável às questões tratadas aqui, é assim formulada:

1. A lógica da dominação social unilateral, visivelmente dirigida quase que unicamente pelo poder econômico e pela posição social hereditária, não é colocada criticamente em questão pelos desfavorecidos.

Esse primeiro momento de interpretação revela duas estratégias fundamentais dos moradores de favelas – a aceitação e a adaptação –:

“Se não aceitar, vou piorar. Se não aceito eu vou... Você tem que saber viver com o que você tem. Voce vale, né, quanto pesa. Nasci nesse mundo, eu não tive outro mundo” (Doméstica/garçonete, 43 anos, Calabar. 34/228²).

“Eu acho que existe essa desigualdade, às vezes dói muito na gente. Mas aí isso a gente tira de letra, porque essas coisas todas passam, roupa, sapato, o importante eu acho que é a gente viver bem, porque a gente é o que a gente tem. [...] Eu nasci nessa vida!” (Vendedora na praia, 42 anos, Calabar. 41/58).

“O salário é mínimo, isso é verdade, não é lá essa maravilha toda. Só que poucas pessoas sobrevivem, até mesmo um casal, a mulher não está trabalhando, só o homem, mas dá pra sobreviver. Eles não vão poder fazer o quê? Sair pra show, fazer festas, essas coisas não vai dar [...]. Acho que dá para sobreviver com o dinheiro, com salário mínimo, depende de como se vive...” (Porteiro, 22 anos, Roça da Sabina. 19/75).

“A gente acostuma. Eu acho que o mal da gente é isso, se acostumar com as coisas, se a gente não se acostumasse com isso, muitas coisas em relação aos negros, à raça da gente, não estariam acontecendo, né, o preconceito, o racismo e tudo mais aí!” (Doméstica, 26 anos, Marechal Rondon. 49/200).

Essas estratégias cotidianas se interiorizam, ao longo de tempo, no corpo e na prática social. Quanto mais o coletivo age desta forma, mais elas se incorporam e se justificam de modo “natural”. Assim, tais estratégias acontecem nem intencional, nem conscientemente. Quer dizer, as estruturas sociais se fixam progressivamente no *habitus* e recebem por isso um *status* “objetivo” que os desfavorecidos não colocam em questão. Assim, as disposições habituais, incorporadas e transferidas em um nível pré-reflexivo, geram não somente as ações cotidianas, mas também a aparência, o gosto, a postura, o modo de vida etc. Isso leva finalmente à conclusão de que tanto a auto-percepção como a aparência objetiva não são vistas só como resultado dos prejuízos sociais, mas como uma “lógica natural” (SOUZA, 2006, 2008). Isso poderia ser interpretado como uma das razões centrais para explicar a existência de tal dominação unilateral da sociedade, que não se vê colocada crítica e ativamente em questão. Todo mundo sofre, muitas vezes de modo consciente, as consequências dessa tragédia social. Esses mecanismos invisíveis da prática social gerados pelo *habitus* podem ser demonstrados nas seguintes citações:

“Uma pessoa tem que se sentir do jeito que é. A pessoa tem que se portar do jeito que é” (Doméstica, 24 anos, São Cristóvão. 52/315).

“A gente se sente um pouco assim, excluído, a gente não tem o tratamento que a gente queria ter, o mesmo tratamento que eles têm, e já não tratam a gente de mesma forma”
(Vendedor informal, 20 anos, Calabar. 35/134).

Essas citações demonstram como a aparência e a postura refletem a incorporação da posição social, o que tem como consequência a falta de reconhecimento social.

Outros exemplos comprovam a adaptação do gosto e do modo de vida às condições sociais restritas. Aqui se mostra a estratégia de “compensação” do *status* social inferior pela boa aparência e pelo orgulho. A aparência é muito importante para os marginalizados, que buscam deste modo não demonstrar a inferioridade sentida, que remete fundamentalmente à vergonha social:

“Voce é o que voce tem. E o que voce usa!” (Entregador, 30 anos, Calabar. 43/181).

“Eu acho que pobre se valoriza mais pelo corpo, o corpo... eu não sei responder porque é muito difícil. Não se dá tanto valor... Pobre é bem mais vaidoso. E muito orgulhoso”
(Operário de construção, 22 anos, Calabar. 43/196).

Outro aspecto deve ser mencionado, concernente ao contexto regional e histórico. No Nordeste, onde a maioria dos desfavorecidos é de descendentes de escravos, o *habitus* desempenha um papel significativo no sentido de ser sempre um produto da história. Isso se verifica, sobretudo, entre os idosos que comparam sua situação social atual com a do passado, concluindo que hoje vivem muito melhor que antigamente. Mas também entre os jovens aparece a referência à situação inferior dos escravos na sociedade colonial, com o que justificam seu “destino”:

“Aqui a gente se acostumou à desigualdade. Sobretudo porque já tá melhorando, né. Eu quero dizer que na época da minha mãe, ela trabalhava muito, mas o dinheiro não dava pra comprar nada. A gente mesmo só tinha uma, duas roupas no ano... E hoje? Veja os meus filhos. Eu tinha dois sapatos, o São João e o Natal, hoje tem quatro tênis, você não sabe quantas calças, nem quantas camisas da moda se você quer, e na minha época não tinha isso! E a gente não era revoltado, não [...]. Hoje já tá melhor. A gente já tem condição” (Garçonete, 49 anos, Roça da Sabina. 20/120-124).

“Eu acho que ninguém tem culpa de ninguém ser negro e ninguém tem culpa de ninguém ser pobre. É uma... como se diz, é um acaso e a pessoa tem que se sentir do jeito que é”
(Doméstica, 24 anos, São Cristóvão. 52/315).

“Acho que o hábito não acabou não, a marca da gente, a escravidão não acabou não”
(Porteiro, 27 anos, Roça da Sabina. 18/89).

Um motivo muito comum para também justificar a “passividade” na luta contra a dominação unilateral é o de enfatizar a fragilidade do indivíduo:

“Eu fico chateado porque a desigualdade é muito grande. Mais o que eu posso fazer? Eu não posso mudar, entendeu, eu não posso mudar, porque sou uma pessoa só...” (Porteiro, 35 anos, Calabar. 23/232).

Isso leva à segunda hipótese, embasada nas reflexões de Castells (1991):

- II. Embora os desfavorecidos representem a maioria da sociedade urbana, não se forma um movimento coletivo no sentido de uma “revolta social” contra a integração assimétrica e a desigualdade social estruturada.

Castells formulou a expressão de uma “rebelião defensiva” que se formaria no lugar de um movimento social mais estruturado. Tal rebelião é praticamente onipresente na prática social dos moradores da favela:

“Às vezes me sinto até um pouco chateado, né, um pouco... me sinto até mesmo uma pessoa revoltada com a sociedade por causa disso” (Vendedor de jóias na praia, 26 anos, Alto das Pombas. 44/189).

“Não gosto de luxo. Eu sou revoltado!” (Operário informal, 20 anos, Calabar. 35/50).

Há até aqueles que culpam a si mesmos por sua situação social:

“Eu não sinto inveja, às vezes eu acho até que a culpa é minha mesma, sabe, por não ter me esforçado para estudar, para se formar, para ter um trabalho melhor [...] eu mesmo me arrependo por ter parado de estudar. Se eu não parasse de estudar hoje eu já tava formada, né, e poderia fazer até um concurso e ter um trabalho melhor. E eu não fiz nada disso” (Doméstica, 23 anos, Calabar. 32/149).

Mas, para a maioria, tal “rebelião defensiva” vai se manifestar ignorando ou desvalorizando o mundo dos privilegiados e, deste modo, reagindo passivamente à ordem social vigente:

“Eu me sinto como outra pessoa qualquer, porque tem o sol, livre, tem o direito de ir e vir. Então se eu ouço uma piada que ele ou ela acha que vai me ofender, eu não vou nem ligar. Porque eu sei que é ignorância dele ou dela que não tem conhecimento. Você entendeu? Ai, pronto!” (Doméstica, 24 anos, São Cristóvão. 52/303).

Outra estratégia, no lugar de um movimento social estruturado, é a fuga da realidade através de sonhos utópicos:

“Se eu sou pobre, vou procurar trabalhar, me esforçar, quem sabe um dia eu não posso ser rica? Eu sou empregada amanhã se tiver oportunidade eu posso ser uma patroa [...] Você tem que esperar só sua oportunidade” (Doméstica, 24 anos, São Cristóvão 52/315).

Porém, ao que parece, os entrevistados estão também conscientes dessa “ilusão”, reconhecendo a ineficácia de tal estratégia.

A terceira hipótese referente às estratégias que norteiam a prática social dos desfavorecidos é formulada como se segue:

- III. Uma das consequências mais sérias da introjeção das estruturas sociais é primeiramente a retirada dos desfavorecidos para seu próprio mundo, o que gera uma desintegração não intencional e, em segundo lugar, a violência apontada para o interior da favela.

No discurso público, as favelas representam na maior parte das vezes lugares de risco para o mundo exterior. Mas, na realidade, a vida cotidiana na favela é comprometida pela falta de perspectivas, pelo desemprego, por problemas relacionados ao tráfico de drogas etc. A criminalidade desestabiliza, em primeiro lugar, os jovens de dentro da favela. É deste modo que são “descarregadas” no cotidiano as frustrações e as tensões – frutos das condições precárias e da confrontação permanente com as prerrogativas de um mundo ao qual os desfavorecidos não têm acesso. Então, uma reação autodestrutiva dos desfavorecidos acaba funcionando como uma “compensação” da exclusão permanente, gerando um processo de violência interpessoal:

“Aqui dentro tem violência. Tem. Porque... ele [o jovem]... não conversa. Então, se tem uma briga, eh... quer matar, quer matar de faca, tiro, é isso. Tem sobretudo entre eles mesmos, entre os jovens daqui, entre eles há essa violência, né? Isso aí é triste, eu acho que a única desvantagem daqui é essa” (Doméstica, 42 anos, Calabar. 41/82).

“Essas mortes ocorreram entre eles mesmos. Eles mesmos se matam!” (Doméstica, 42 anos, Calabar. 41/196).

Essa violência dirigida para dentro da favela exige uma estratégia de proteção. Tendo em vista que as possibilidades dos desfavorecidos são bastante restritas, resta a eles, quase como única solução, se recolher e criar um mundo social com seus próprios valores, sonhos, desejos e costumes.

Para a maioria dos moradores da favela observa-se uma vida em uma espécie de universo paralelo que não deve ser questionado, pelo menos durante o lazer e o tempo quando não estão em contato com o

mundo dos privilegiados. Portanto, se pode falar de uma estratégia de “autodesintegração”:

“Olha, eu prefiro o meu bairro suburbano. Porque os bairros suburbanos necessariamente têm tudo de lazer, o que a gente quer tem [...] o lazer eu não vejo aqui nos bairros nobres de Salvador, eu encontro nos bairros periféricos” (Vendedor na praia, 26 anos, Alto das Pombas. 44/83).

“A gente tem um lazer aqui dentro... lazer é o que? Ficar aqui, tomar uma cervejinha, conversar, andar, depois ir pra casa e dormir” (Estudante, 22 anos, Calabar. 45/187).

O problema é que essas estratégias reforçam inconscientemente a permanência do círculo vicioso da exclusão. Relacionando tais considerações com as de Bourdieu, podemos afirmar que a adaptação e a incorporação das estruturas sociais objetivas criam um *habitus* específico que se reproduz invisivelmente. Entender a prática social gerada pelo *habitus* (isto é, esquemas de percepção, de valorização e de pensamento) significa descobrir os mecanismos da produção/reprodução da sociedade, da cidade e do espaço. Na seção seguinte busca-se demonstrar alguns esquemas da prática espacial, como o espaço construído inconscientemente funciona como uma dimensão opaca da reprodução da desigualdade social – efetuada pela sociedade inteira, inclusive pelos desfavorecidos.

5. A produção do espaço

Como descrito na seção três, a teoria de Lefebvre pode ser esquematizada através da tríade ilustrada na figura 2. Essas dimensões ou instâncias espaciais vão configurar o espaço social e a sociedade urbana³.

A *prática espacial*, para Lefebvre, simboliza o espaço percebido enquanto a prática social se desenrola. Portanto, a prática espacial compreende o uso concreto do espaço e sua apropriação pelos corpos, através das atividades que realizam. Todos os momentos concretos relativos a essa dimensão do espaço são percebidos e sentidos pelo próprio corpo: fronteiras, distâncias, barricadas, acessos, interdições etc. A prática espacial dos moradores da favela se mostra na configuração e apropriação de espaços que não denotam uma confrontação direta com o mundo dos

privilegiados. Em geral, tais lugares são mais precários, mas permitem aos desfavorecidos a criação de um mundo próprio, adaptado às condições econômicas e, sobretudo, protegido da discriminação. A praia de Largamar em Ondina, Salvador, é um exemplo de uma prática espacial assim: Se trata de uma seção costeira, próxima da favela Calabar/Alto das Pombas, mas inacessível por conta da falta de uma infraestrutura de acesso ao mar. Além disso, se trata de uma praia que “desaparece” com a maré alta. Então, não existe um acesso, nem qualquer comércio, não correspondendo às expectativas colocadas normalmente em relação ao uso das praias na cidade. Mas é possível imaginar que se trata de um “lugar particular” para determinados usuários:

“Aí quando eu vou me sinto à vontade. Não tem ninguém, só a gente. A gente leva tudo o que precisa... cervejinha bem gelada... é um paraíso, só para nos” (Operário da construção civil, 22 anos. Calabar. 45/201).

Mas, é claro que eles estão conscientes dessa estratégia cognitiva, que serve, sobretudo, para evitar lugares com alto risco de discriminação social ou racial:

“Já tive experiências assim, de outras pessoas que me encontram, que falam, que discriminam... E também tem o fato de que as coisas são caras e a gente quer ir pra outros lugares que as coisas são mais baratas e são bem mais divertidos para a gente, tem que se sentir à vontade, onde ninguém trata a gente diferente, trata a gente igual” (Vendedor informal, 20 anos, Calabar. 35/136).

Além disso, assim como o *habitus*, o espaço é sempre, em sua dimensão material, um produto da história. Como tal, ele reflete as estruturas sociais dos agentes que nele vivem no presente e dos que nele viveram e construíram seu passado. Portanto, pode-se concluir que as favelas concretizam, de certa forma, a carência dos moradores e refletem o caráter ilegal e espontâneo de suas estratégias de vida:

“Quando vim para cá eu chorei muito, eu não gostei. Achei muito primitivo aqui. Pareceu um lugar de lixo, só tinha barraco. E o esgoto a céu aberto [...] Eu tinha vergonha. Eu só não. Eu e a maioria tinha vergonha, esse povo todo tinha vergonha... e tem até hoje. Mas ninguém tá falando!” (Garçonete, 43 anos, Calabar. 34/190).

Portanto, as práticas espaciais, no sentido das atividades humanas no território, não produzirão apenas um espaço físico concreto, mas também

as percepções, construções mentais, os símbolos, códigos, discursos etc. do mundo social.

A segunda instância espacial, a *representação do espaço*, conforma o espaço imaginado ou concebido, os discursos sobre o espaço. Ela compreende também toda experiência e todo conhecimento prático, que os indivíduos perceberam por experiência própria no espaço material. Tal espaço “imaginado” pelos desfavorecidos se diferencia nitidamente das moradias das classes de maiores rendas na cidade, os prédios de apartamentos, vistos, em geral, de modo negativo, pelos moradores da favela. Uma representação negativa e que desvaloriza estes lugares das classes de maiores rendas serve também como uma “justificação coletiva” para evitá-los fisicamente. Além disso, ela transfere naturalmente ao terreno da imaginação dos desfavorecidos a representação social do modo de vida dos privilegiados. Em consequência, se cria uma espécie de “desinteresse natural” por estes lugares entre os moradores da favela, alegando motivos estigmatizantes, entre eles a falta de alegria, de liberdade, o individualismo e o anonimato dos prédios de apartamentos:

“A gente não tem inveja pelo fato de que... a gente aqui tem uma certa alegria, se diverte mais, a gente tem uma... alegria de viver maior, o que lá não tem, né. Tudo tá fechadinho, todo mundo tá cheio de preocupação, a gente tudo aqui é na alegria, tudo é improvisação, vão fazer uma festinha...” (Porteiro, 22 anos, Calabar. 19/85).

“Eles não vivem livremente, os ricos, os que têm dinheiro” (Porteiro, 35 anos, Calabar. 23/93).

Por outro lado, os discursos negativos em relação ao espaço também têm impacto considerável na vida dos moradores da favela, porque, do mesmo modo, é direcionado contra eles: A estigmatização da favela como um lugar de risco, um lugar de onde vem a violência, os criminosos, as pessoas que não são de confiança. Este estigma se reflete também na esfera pública, sobretudo alimentado pela mídia e por aqueles que nunca entraram em uma favela e, por desconhecimento, declaram esses lugares, segundo Mertins e Müller (2008, p. 55), como “zonas do medo”:

“Calabar?... Sim, conheço, pela má fama. Todo mundo conhece e sabe se proteger! É um bairro muito perigoso, brutal, para todas essas coisas, assim... coisas de... coisas que vêm de lá, não sei o quê exatamente. Mas, é muito perigoso. Você não vai sair vivo, por isso eu nunca pus os pés naquela área!” (Médico, 54 anos, Vitória. 09/22).

Assim, a favela se constrói, de um lado, como um espaço de autoproteção e que oferece opções para os desfavorecidos, de outro lado, representa um capital residencial negativo, um “endereço a ser evitado”:

“A maioria dos ricos aí em cima nos prédios não gosta da gente. Eles pensam que todos aqui são criminosos. Há muitos que não aceitam a gente porque somos daqui do Calabar. Aqui é periferia. Todos aqui são pobres, então somos todos ladrões, claro! [...] Quando buscamos um trabalho, nunca encontramos um emprego, quando indicamos o endereço: Calabar!!! Isso é como um grande estigma...” (Vendedora informal, 43 anos, Calabar. 05/145; 147).

“Quando você se candidata a um emprego, eles te perguntam: De onde vem? Como? Onde mora? Calabar? Ópa, acabou o espetáculo! Por isso muita gente daqui não indica onde mora. Dizem que moram em Ondina, na Barra... Isso é frustrante, mas a gente não muda nada” (Operário, 53 anos, Calabar. 51/96).

A terceira dimensão espacial, os *espaços de representação*, caracteriza um aspecto decisivo na investigação da produção do espaço. O *espace vécu*, para Lefebvre, compreende o espaço vivido e “sofrido”, aquilo que representa o mundo social em toda sua complexidade. Os espaços de representação não são em si mesmos os discursos, os símbolos, mas se constroem através de tais atribuições de significado. Portanto, eles representam os discursos sobre o espaço. Dessa forma, eles simbolizam os valores, tradições, sonhos, experiências e vivências coletivas da sociedade. O depoimento a seguir exemplifica como a favela se configura como espaço de representação:

“... eu sempre gostei do Calabar. Eu amo o Calabar! Aqui é um bairro muito bom, é perto de tudo, não sei de outro na cidade assim. Aqui, o Calabar é ótimo... só tá tendo um problema que é o problema que está tendo em todos os outros bairros, entendeu, que é a... a marginalização e o crime, o roubo, a prostituição, que temos muito aqui dentro do bairro, e as drogas. Mas eu gosto muito daqui, eu, se eu pudesse daqui eu não sairia de jeito nenhum. Tô acostumada com as pessoas, aqui tem muita gente boa, muita mesmo, entendeu? Não, eu acho aqui ótimo” (Vendedora informal, 43 anos, Calabar. 05/131).

Essa citação demonstra vários aspectos do bairro como espaço vivido e “sofrido”: Por um lado há a favela representada como um lugar de possibilidades – o espaço “amado” (“*um bairro ótimo*”). Por outro lado, há as experiências e vivências reais na favela, um lugar que permite a sobrevivência, mas que também apresenta problemas, onde os jovens correm

riscos, um lugar que está ligado diretamente à exclusão, à discriminação, à estigmatização etc. Aí se mostra mais uma vez os aspectos negativos desse espaço, percebidos no cotidiano – ou, nos termos de Lefebvre, percebidos pela prática espacial, como no exemplo do “endereço a ser evitado”. No mundo social essas duas dimensões espaciais se complementam, através de uma reciprocidade dialética de um espaço de representação no qual são reunidas as percepções, os sentimentos e ações dos agentes sociais.

6. Considerações finais

A proposta aqui apresentada, de uma geografia da desigualdade social, pretendeu embasar o entendimento das estruturas sócio-espaciais da cidade e demonstrar que elas são resultado dos complexos processos constitutivos das práticas cotidianas de toda a sociedade. Portanto, as estruturas espaciais resultam também da lógica oculta da dominação social, que emerge de mecanismos subscientes.

Assim, o espaço construído por toda a sociedade deve ser também considerado como mecanismo tácito através do qual se disfarça e se perpetua a lógica da dominação e da subordinação social. Em suas três dimensões o espaço afeta, segundo Lefebvre, as interações, as capacidades e possibilidades, os recursos, o capital e, finalmente, o poder social, de maneira constitutiva, limitando ou mediando esses processos. Quando um espaço “desfavorecido” se incorpora discursivamente no pensamento e nas ações dos agentes sociais, como, no caso da favela, um lugar estigmatizado, ele pode contribuir para a reprodução social através do conhecimento prático, gerado pelo *habitus*. Isto porque um discurso espacial estigmatizante (“*a favela como gérmen da violência*”), uma vez internalizado na dimensão pré-reflexiva dos valores, normas e regras comuns da sociedade, começa a fazer parte integrante das estruturas objetivas que raramente são postas em xeque pela prática social. Como os exemplos relativos às práticas sociais dos moradores de favelas demonstraram, eles reproduzem inconscientemente representações espaciais específicas – pela necessidade de viver o cotidiano com recursos restritos e opções limitadas – mesmo

que eles sofram os efeitos negativos dessas representações espaciais, que criam uma espécie de espaço dos “subalternos”. Por isso, é necessário esclarecer os mecanismos opacos da reprodução das desigualdades sociais e espaciais, que naturalizam os processos de exclusão e de construção de uma cidadania subalterna, através de uma dimensão espacial “objetiva”. Uma perspectiva crítica na investigação dos processos e da dinâmica da vida urbana, em seus aspectos materiais e imateriais, pode contribuir para esse objetivo. Isso também diz respeito à ideia central de Bourdieu (1997, p.14), em sua obra “A miséria do mundo”: “A compreensão rigorosa do mundo é um dos instrumentos de libertação mais poderosos de que se dispõe nas ciências sociais”.

Notas

¹ Reconhece-se a existência de diferenças entre as diversas manifestações do fenômeno favela nas cidades brasileiras, contudo, no âmbito desse artigo, apresenta-se uma perspectiva conscisa e às vezes generalizada da realidade da favela.

² A combinação numérica remete ao número da entrevista (primeiro lugar) e ao parágrafo do texto transcrito (segundo lugar).

³ Teoricamente elas não podem ser vistas separadamente porque cada uma dessas instâncias está em inter-relação dialética com as outras. Contudo, para esclarecer o processo da análise da produção e da reprodução do espaço – para compreender o espaço como produto social e uma dimensão da desigualdade – é necessário explicitar separadamente essas três dimensões espaciais, mesmo que elas não possam ser pensadas de modo separado na realidade social.

Referências

BARLÖSIUS, Eva. **Kämpfe um soziale Ungleichheit**. Machttheoretische Perspektiven. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2004.

BLUM, Elisabeth; NEITZKE, Peter (Ed.). **FavelaMetropolis**. Berichte und Projekte aus Rio de Janeiro und São Paulo. Basel: Birkhäuser Verlag, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sozialer Sinn**. Kritik der theoretischen Vernunft. Frankfurt/Main: Suhrkamp Verlag, 1993.

BOURDIEU, Pierre. An den Leser. In: BOURDIEU, Pierre (Ed.): **Das Elend der Welt**. Zeugnisse und Diagnosen alltäglichen Leidens an der Gesellschaft. Konstanz: Universitätsverlag Konstanz, 1997. p.13-14.

BRONGER, Dirk. **Metropolen, Megstädte, Global Cities**. Die Metropolisierung der Erde. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2004.

CASTELLS, Manuel. Informatisierte Stadt und soziale Bewegungen. In: WENTZ, Martin (Ed.): **Stadt-Räume**. Frankfurt/Main, New York: Campus-Verlag, 1991. p.137-147.

DEFFNER, Veronika. **Habitus der Scham – die soziale Grammatik ungleicher Raumproduktion**. Eine sozialgeographische Untersuchung der Alltagswelt Favela in Salvador da Bahia (Brasilien). Passauer Schriften zur Geographie 26. Passau: Selbstverlag der Geographie Universität Passau, 2010.

FEATHERSTONE, Mike. Globale Stadt, Informationstechnologie und Öffentlichkeit. In: RADEMACHER, Claudia; SCHROER, Markus; WIECHENS, Peter (Ed.). **Spiel ohne Grenzen?** Ambivalenzen der Globalisierung. Opladen: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 1999. p. 169-201.

GIDDENS, Anthony. **The Constitution of Society**. Outline of the Theory of Structuration. Cambridge: Polity Press, 1984.

HONNETH, Axel. **Kampf um Anerkennung**. Zur moralischen Grammatik sozialer Konflikte. Frankfurt/Main: Suhrkamp Verlag, 1992.

KRECKEL, Reinhard. **Politische Soziologie der sozialen Ungleichheit**. Frankfurt/Main: Campus Verlag, 2004.

KRONAUER, Martin. Von der Ausgrenzung aus der Stadt zur Ausgrenzung in der urbanisierten Gesellschaft. Zur neuen Qualität von Exklusion heute. In: LINDNER, Rolf; MUSNER, Lutz (Ed.). **Unterschicht**. Kulturwissenschaftliche Erkundungen der „Armen“ in Geschichte und Gegenwart. Freiburg/Berlin/Wien: Rombach Verlag, 2008. p. 41-58.

LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropo, 1968.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Édition Syllepse, 1974.

LÖW, Martina. **Raumsoziologie**. Frankfurt/Main: Suhrkamp Verlag, 2001.

MERTINS, Günter; MÜLLER, Ulrich. Gewalt und Unsicherheit in lateinamerikanischen Megastädten. Auswirkungen auf politische Fragmentierung, sozialräumliche Segregation und Regierbarkeit. **Geographische Rundschau**, Braunschweig, v. 60, n.11, p. 48-55, 2008.

OJIMA, Ricardo. As cidades invisíveis: A favela como desafio para urbanização mundial. **Revista brasileira Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n.2, p. 345-347, 2007.

PERLMAN, Janice E. The metamorphosis of marginality in Rio de Janeiro. **Latin American Research Review**, Baltimore, v. 39, n. 1, p. 189-192, 2004.

REUBER, Paul; WOLKERSDORFER, Günter. Politische Geographie. In: GEBHARDT, Hans et al. (Ed.). **Geographie**. Physische Geographie und Humangeographie. Heidelberg: Spektrum Akademischer Verlag, 2007. p. 751-770.

ROTHFUß, Eberhard. Intersubjectivity, intercultural hermeneutics and the recognition of the other - Theoretical reflections on the understanding of alienness in human geography research. **Erdkunde**, Bonn, v. 63, n. 2, p. 173-188, 2009.

ROTHFUß, Eberhard. Pariaraum Favela – Alltägliche Missachtung und Anerkennungsvergessenheit in Salvador da Bahia, Brasilien. In: CZYCHOLL, Claudia; MARSZOLEK, Inge; POHL, Peter (Ed.). **Zwischen Normativität und Normalität**. Theorie und Praxis der Anerkennung in interdisziplinärer Perspektive. Essen: Klartext Verlagsgesellschaft, 2010. p. 115-136.

SERPA, Angelo (Org.). **Cidade popular**. Trama de relações sócio-espaciais. Salvador: EDUFBA, 2007.

SOUZA, Jessé. **A Modernização Seletiva**: Uma Reinterpretação do Dilema Brasileiro. Brasília: Editora UNB, 2000.

SOUZA, Jessé (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. **Die Naturalisierung der Ungleichheit**. Ein neues Paradigma zum Verständnis peripherer Gesellschaften. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2008.

VALLADARES, Licia. Qu'est-ce qu'une favela? **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, v. 34, n. 2, p. 61-72, 2000.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

WERLEN, Benno. **Globalisierung, Region und Regionalisierung**. Sozialgeographie alltäglicher Regionalisierungen 2. Stuttgart: Steiner Verlag, 2007.

Recebido em: 30/09/2010

Aceito em: 11/10/2010